

FEMINISMOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: POR QUE PRECISAMOS DE MAIS MULHERES NA AGENDA INTERNACIONAL?

Wéllia Pimentel Santos*

Resumo: O presente trabalho reflete as abordagens feministas para as Relações Internacionais (RI). O objetivo é dar a devida saliência à variável gênero como categoria analítica para compreender as relações de poder na agenda internacional. A linha de argumentação deste ensaio está ancorada a partir do seguinte questionamento: por que precisamos de mais mulheres na agenda internacional? De tal modo, num primeiro momento serão brevemente sistematizadas algumas categorias básicas para se pensar os feminismos nas Relações Internacionais. Na sequência, identifico na literatura pertinente e em pesquisas já realizadas algumas das principais contribuições das abordagens feministas para a área. À guisa de finalização, procuro indicar as relações de gênero e poder na agenda internacional, entendendo-as como as estruturas de poder generificadas e generificantes. Em termos metodológicos, foi realizada uma varredura na literatura de modo a construir discussões expressas pelas categorias desenvolvidas pelo feminismo em RI, à luz das análises acuradas sobre segurança e política internacional propostas por Cynthia Enloe (1989), bem como, de modo a estabelecer uma perspectiva histórica, social sobre a temática em foco, realizou-se uma pesquisa de natureza teórico-conceitual, a partir de análises das categorias: patriarcado, gênero, interseccionalidade, tendo como autoras centrais: Kate Millett (1969), Kimberlé Crenshaw (2002) e Cohn (2013). Como consequência, evidenciou-se que os estereótipos de gênero compreendem e sedimentam a mulher restrita ao ambiente doméstico, ao espaço privado, enquanto o homem pertencente à esfera pública, o que exerce um papel indiscutível no que tange às oportunidades de representações nessa esfera das RI, que vem se mantendo persistente ao longo dos anos.

Palavras-chave: Feminismo. Relações Internacionais. Poder.

Abstract: This work reflects feminist approaches to International Relations (IR). The objective is to give due prominence to the gender variable as an analytical category to understand power relations on the international agenda. The line of argument in this essay is based on the following question: why do we need more women on the international agenda? Therefore, at first, some basic categories will be briefly systematized for thinking about feminisms in International Relations. Next, I identify in the relevant literature and in research already carried out some of the main contributions of feminist approaches to the area. By way of conclusion, I seek to indicate gender and power relations on the international agenda, understanding them as gendered and gendering power structures. In methodological terms, a scan of the literature was carried out in order to construct discussions expressed by the categories developed by feminism in IR, in light of the accurate analysis on security and international politics proposed by Cynthia Enloe (1989), as well as, in order to establish a historical, social perspective on the topic in focus, research of a theoretical-conceptual nature was carried out, based on analysis of the categories: patriarchy, gender, intersectionality, with the central authors: Kate Millett (1969), Kimberlé Crenshaw (2002), Cohn (2013). As a consequence, it became clear that gender stereotypes comprise and consolidate the woman as restricted to the domestic environment, to the private space, while the man belongs to the public sphere, which plays an indisputable role in terms of opportunities for representation in this sphere of IR, which has remained persistent over the years.

Keywords: Feminism. International Relations. Power.

Introdução

Foi no contexto dos anos 1980 que surgiram as primeiras abordagens feministas nas Relações Internacionais. Algumas das principais causas se devem ao fim do sistema internacional bipolar, o fracasso da perspectiva realista para projetar o desfecho da Guerra Fria,

* Doutoranda em Ciência Política (UFMG), mestre em Ensino em Saúde (UFVJM). Graduações concluídas em Serviço Social (DOCTUM/TO), Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UFVJM), Letras-Inglês (UFVJM), Pedagogia (UNIFACVEST) e História (Estácio de Sá). E-mail: welliapimentel@hotmail.com

e conseqüentemente o aparecimento de abordagens críticas. Dentro desta última é que localizamos a perspectiva feminista nas RI.

A forte influência das teorias pós-modernistas ligadas aos estudos pós-coloniais começa a visibilizar o papel da mulher na sociedade no processo de construção de novos estados, comunidades, novas identidades, e a marcação disso se dá, sobretudo, pela Revista Millennium, que desde 1988 começa a organizar essa discussão. A cada 10 anos, a Revista passou a realizar conferências e a gerar uma série de estudos com a abordagem feminista em RI de forma mais consolidada (GRECCO, 2020).

Outro elemento aglutinador que passou a contribuir para as primeiras abordagens feministas em RI está relacionado à divulgação das Conferências Mundiais da Mulher (ONU¹ Mulheres) que tiveram lugar na cidade do México (1975) com o lema "Igualdade, Desenvolvimento e Paz"; em Copenhague (1980) sob o lema "Educação, Emprego e Saúde"; Nairóbi (1985), com tema central "Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000"; e em Pequim (1995), com tema central "Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz" (LENINE, 2021).

Sobre esse movimento, têm-se como pioneiras: Jean Bethke Elshtain, com seu trabalho *Women and War* (1987), Cynthia Enloe, com *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*, (1989) e J. Ann Tickner, com seu livro *Gender in International Relations* (1992). Todos de origem anglo-saxônica, sendo uma das razões pelas quais essa perspectiva feminista demorou tanto para chegar à América Latina, em geral. De tal modo, em muitos dos trabalhos em RI a perspectiva feminista introduziu suas reflexões a partir do seguinte questionamento: onde estão as mulheres nas Relações Internacionais? Nesse contexto, o feminismo objetivou dar explicações históricas e estruturais sobre as relações de poder inseridas na ordem mundial vigente, e a partir disso, observar em diferentes ações, seja na esfera pública ou privada, a diversidade cultural com que diferentes estudos permitem tratar as abordagens das mulheres nas RI.

As principais premissas são de que, historicamente, ações que deveriam ser imparciais em termos de gênero têm sido predominantemente dominadas por homens, conferindo à 'alta' política, a política internacional, uma característica predominantemente masculina. Isso sugere um viés em favor do gênero masculino na política internacional, não apenas no aspecto da sub-

¹ Conferências Mundiais da Mulher. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso: 27 mai. 2023.

representação de mulheres, mas também de uma deliberada negligência ao excluí-las das análises das relações internacionais.

A partir desses pressupostos, a pesquisa em foco ancora-se em responder ao seguinte questionamento: por que precisamos de mais mulheres na agenda internacional? Nesta ótica, sem a pretensão de abarcar a diversidade e as disputas em torno do tema, tangenciamos ser preciso converter a ideologia dominante e tornar as mulheres visíveis como sujeito da política internacional e, sobretudo, da economia global, de modo que esta ocupe uma posição de igualdade na dinâmica das relações internacionais.

Feminismos nas Relações Internacionais: conceitos básicos

Refletir algumas das abordagens feministas em RI pressupõe a necessidade de se trabalhar conceitos básicos dos feminismos, tais quais: patriarcado, gênero e interseção. Cada um desses conceitos carrega uma discussão em si, por isso é necessário defini-los.

Sobre o patriarcado, Kate Millett (1969) foi uma das primeiras a mencionar esse conceito, e a desenvolvê-lo, referindo-se ao reconhecimento da existência de um sistema opressor de dominação e privilégio masculino, heteronormativo, construído principalmente sobre as mulheres na esfera privada que se replica no âmbito público. A autora propõe que o patriarcado estabelece papéis estereotipados que são mutuamente excludentes, existindo uma esfera privada, onde as mulheres realizam tarefas de cuidado, tarefas relacionadas à limpeza, ao cozinhar, portanto, tarefas que geralmente são associadas ao ‘fazer’ das mulheres. Por outro lado, existe a esfera pública, destinada aos homens, e quem se envolve nela, segundo essa visão estereotipada do patriarcado, parece incapaz de se envolver na esfera privada.

A teórica feminista Cynthia Enloe, conhecida por suas contribuições no campo das relações internacionais feministas, em sua obra *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics* (1989), explicita que pelo fato de existirem determinadas tarefas de cuidado que são atribuídas especificamente às mulheres, isso permite aos homens ocuparem lugar na esfera pública.

De forma geral, a autora demonstra como os Estados dependem dessas construções específicas na esfera privada, na esfera doméstica, para manter relações particulares na esfera pública internacional, ilustrando seu argumento, por meio dos fuzileiros navais que realizavam suas tarefas no sudeste asiático, graças às suas esposas, as quais se encarregavam pelas tarefas

de educação dos filhos, do cuidado dos idosos, além do fato de existirem mulheres que praticavam a prostituição, as quais os forneciam sexualmente (ENLOE, 1989).

Paradoxalmente, essas tarefas acabam por colocar as mulheres não apenas em um lugar de sub-representação, mas também as mantêm subjugadas economicamente. Isso porque é sabido que quanto menor a hierarquia em um cargo, menos remunerada será a pessoa, e o fato de estas não poderem ascender a determinados cargos faz com que se encontrem menos mulheres com melhores salários e em cargos de decisão.

Outro conceito central na abordagem feminista refere-se ao gênero. Esta categoria analítica que emergiu no fim do século XX², permite a incorporação das mulheres em diferentes disciplinas e, particularmente nas Relações Internacionais, essa categoria se tornou fundamental para suas análises. O que esta perspectiva busca não é apenas tornar as mulheres visíveis socialmente, mas sim alcançar a equidade de gênero.

Todavia, a construção da categoria é definida em oposição mútua a outras categorias de gênero, o que nos capacita a perceber as identidades sexuais como construções sociais, transcendendo a visão estritamente biológica dos sexos. O enfoque recai sobre a interação entre as identidades de gênero, proporcionando uma compreensão mais abrangente que considera as complexas influências sociais que moldam e são moldadas por essas construções.

Ann Oakley, seguida de Gayle Rubin são as pioneiras na proposição da análise do conceito de gênero entendido como uma categoria de análise nos estudos sociais e antropológicos. A particularidade desta categoria nos permite compreender que o feminino e o masculino variam ao longo do tempo e consoante a cultura. É possível encontrar, por exemplo, na Grécia Antiga, o relacionamento homoerótico entre homens visto como prática pedagógica positivamente aceita e incluída na sociedade. Na atualidade, encontramos algumas culturas que não aceitam a homossexualidade feminina/masculina, ou ainda, que a rejeita mais do que em outras, sendo fortemente sancionada (OAKLEY, 1972).

As feministas em RI, por sua vez, argumentam que o gênero tem efeitos importantes para os estados e outros atores internacionais, ou seja, a categoria gênero não é neutra na dinâmica e no comportamento dos Estados e atores internacionais.

² Não há consenso sobre os primeiros usos do conceito de gênero; há os que atribuem como precursora a obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1948/2019), e a frase “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2019, p. 11) como a manifestação primeira do conceito de gênero (...). Outros atribuem os primórdios da formulação do conceito ao psiquiatra americano Robert Stoller, na publicação do livro *Sex and gender: the development of masculinity and femininity*, de 1968, em que introduz a palavra “gênero” para diferenciar-se do termo “sexo”, que estaria somente associado às condições biológicas (CURADO; VILELA, 2021, p. 04).

Carol Cohn (2013) e Joan Scott (1995) abordam o conceito de gênero em contextos distintos, existindo, no entanto, notáveis similaridades em suas abordagens críticas e na compreensão do gênero como uma construção social que vai além das categorias biológicas. Ambas desafiam a ideia de neutralidade, argumentando que o gênero é uma construção cultural que permeia as instituições sociais, incluindo as esferas militar e histórica.

As autoras articulam, então, questões, debates e entrelaçamentos conceituais importantes sobre o conceito de gênero. O trabalho de Cohn, por exemplo, em "Women and Wars" (2010) oferece uma perspectiva perspicaz sobre o conceito, especialmente ao examinar como as linguagens e discursos empregados no contexto militar moldam e perpetuam normas de poder.

Ao desconstruir o vernáculo militar, Cohn (2013) desafia a noção de que a linguagem técnica é neutra, destacando como ela perpetua estereótipos de gênero e contribui para a invisibilidade das mulheres na esfera da segurança internacional. Ela demonstra como a análise crítica da linguagem, utilizada nas discussões sobre guerra não apenas desvela as desigualdades subjacentes, mas também oferece uma oportunidade crucial para transformações sociais. Assim, o trabalho de Cohn não apenas redefine o conceito de gênero no âmbito militar, mas também ressalta a importância de questionar e reconstruir narrativas linguísticas para promover uma compreensão mais justa e equitativa das experiências de homens e mulheres em contextos de conflito (COHN, 2013).

Joan Scott, por sua vez, no ensaio "*Gender: a useful category of historical analysis*" (1995), também nos oferece uma contribuição crucial ao entendimento do conceito de gênero na análise histórica. Ao desafiar a visão tradicional que considera o gênero como uma categoria natural e estática, a autora converge ao pensamento de Cohn, considerando ser fundamental compreendê-lo como uma construção social dinâmica.

Scott propõe, então, o conceito de gênero como uma ferramenta analítica poderosa para desvelar as relações de poder subjacentes em diferentes contextos históricos, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências sociais e políticas. Segundo a autora, gênero diz respeito a uma das referências recursivas pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. "Ele não apenas faz referência ao significado da oposição entre homem e mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina" (SCOTT, 1995, p. 92).

Ao explorar as interseções entre gênero, classe, raça e outras dimensões de identidade, Scott (1995) argumenta que a análise de gênero não deve ser limitada a estudar exclusivamente mulheres, mas deve englobar o entendimento das relações de poder entre os sexos. A autora destaca como a aplicação do conceito pode iluminar as estruturas normativas que moldam as identidades, comportamentos e oportunidades tanto de homens quanto de mulheres. Assim, ao desmistificar o gênero como uma categoria fixa, Scott abre caminho para uma abordagem mais holística da história, reconhecendo as complexidades das relações sociais e desafiando as narrativas históricas que perpetuam desigualdades de gênero.

A partir desses pressupostos, cabe apreender como então a categoria de gênero, enquanto conjunto de características socialmente construídas intervém na dinâmica das relações internacionais?

Essa reflexão parte para a compreensão da fragilidade emocional, interdependência, proteção, privacidade associadas ao feminino. Ademais, as teorias tradicionais estabelecem que a força, racionalidade, independência, estão associadas a características pertencentes ao universo masculino. Em outras palavras, no quadro da política internacional, quando tratamos de fraqueza, interdependência, estas são características associadas ao feminino, como um gênero ‘fraco’, sendo que na ‘alta’ política não pode haver emotividade, fraqueza.

Neste ínterim, entende-se que as Relações Internacionais, como disciplinas, não são neutras em relação ao gênero; são siglas intencionais (quando não assimétricas e hierarquizadas). É possível ver isso particularmente nas representações de lideranças políticas e nas abordagens de questões globais, onde os estereótipos de gênero frequentemente moldam as narrativas e as decisões, contribuindo para a reprodução de desigualdades sistêmicas. Isso nos leva a associação da categoria ‘gênero’ apreendida como poder.

Para os estudos feministas em RI, é essencial entender essa dinâmica, pois analisar as relações de poder pelas lentes do gênero revela a forma como se estabelecem tais relações dentro das sociedades nacionais e internacionais, e a partir daí aparecem uma série de elementos que antes eram invisíveis.

Há que mencionar, no tocante à relação entre gênero e patriarcado, que o patriarcado, enquanto sistema de poder que perpetua a dominação masculina, influencia significativamente as relações de poder no âmbito internacional. Scott (1995) considera que, ao configurarem-se numa estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência, quem não se ‘encaixa’ em uma dessas categorias (feminino/masculino) será sancionado. Ou seja, o patriarcado

estabelecerá e definirá os papéis apropriados de acordo com o que entende como masculino e feminino e é ‘cego’ a quem está fora dessa norma.

Essa influência se manifesta, por conseguinte, na sub-representação de mulheres em cargos de liderança política e nas instituições internacionais, demonstrando a persistência de normas de gênero que tradicionalmente marginalizam as vozes femininas.

Além disso, as relações internacionais frequentemente refletem e reproduzem estereótipos de gênero, influenciando a formulação de políticas e negociações globais. A análise crítica de gênero nas Relações Internacionais torna-se então essencial para desvelar e contestar as estruturas patriarcais subjacentes, promovendo uma compreensão mais inclusiva e equitativa das interações globais.

Já a interseccionalidade, outro conceito central nas vertentes feministas, foi introduzido por Kimberlé Crenshaw, compreendendo-o como uma abordagem teórica fundamental que destaca a interação complexa entre diferentes formas de opressão e discriminação. Nesses preceitos, a interseccionalidade passou a ser difundida como “uma ferramenta analítica capaz de capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Em outras palavras, a autora propõe que as experiências de indivíduos não podem ser compreendidas isoladamente com base em uma única dimensão de identidade, como gênero, raça ou classe social. Pelo contrário, a interseccionalidade reconhece que as opressões muitas vezes se entrelaçam, intensificando-se mutuamente. Crenshaw (2002) destaca como mulheres de diferentes raças, classes e orientações sexuais enfrentam formas únicas e sobrepostas de discriminação que não podem ser completamente compreendidas isoladamente.

Esse conceito nos evidencia uma heterogeneidade de mulheres, portanto, há inconvenientes de falar de mulheres de forma unificada. Assim, ao evidenciar a heterogeneidade do pensamento feminista, a interseccionalidade apreende a diversidade de situações pelas quais as mulheres passam e as diferentes formas de enfrentar o poder, e é por isso que falamos de feminismo no plural.

Portanto, não é o mesmo entender a política internacional a partir da posição de uma mulher negra africana do que entender essa mesma posição a partir de uma afro-americana nos Estados Unidos de classe média. Também não é o mesmo tentar entender alguns processos relacionados com questões de segurança³, como o terrorismo, por exemplo, para uma mulher

³ A temática da segurança, tradicionalmente, esteve vinculada ao âmbito de sobrevivência estatal, em um sistema anárquico, cujo pendor hobbesiano impelia a que os homens fossem identificados como os formuladores das ações

do Oriente Médio ou muçulmana e para uma mulher latino-americana. Obviamente os contextos são diferentes e a situação de cada uma dessas mulheres é particular.

Essa abordagem é crucial para informar políticas e práticas que abordem as complexas interações entre sistemas de poder e promovam uma compreensão mais holística das experiências humanas.

De tal modo, categorias analíticas como raça, sexualidade, gênero, patriarcado, nação, ainda que não se cruzem reciprocamente, são “[...] formadas e transformadas dentro de processos transnacionais carregados de poder, como o imperialismo e o colonialismo europeus, a globalização neoliberal e assim por diante” (PATIL, 2013, p. 848).

Esses são alguns dos pressupostos que levaram a diferentes abordagens feministas nas RI, embora essa diversidade seja algo característico do próprio feminismo. Cabe lembrar também que apesar desses conceitos serem muito debatidos dentro da agenda feminista, algumas correntes os aceitam, outras não, todavia acredita-se ser necessário apreendê-los de modo a identificar suas contribuições para as análises feministas nas Relações Internacionais.

Contribuições das abordagens feministas para as Relações Internacionais

Pensar as contribuições das abordagens feministas para as RI parte inicialmente ir ao nível micro, de modo a entender como a vida dos indivíduos marginalizados, por exemplo, afeta e é afetada pela política global. E, nesse sentido, observar pormenorizadamente como as mulheres têm sido invisibilizadas na maior parte das construções teóricas do sistema e das Relações Internacionais.

Em outras palavras, refletir o papel das mulheres nas RI implica considerar como as relações de gênero estão presentes nas estruturas institucionais, nas identidades, na forma como estabelecem as construções sociais de masculinidade e feminilidade, e assim considerar que metade da humanidade ficou excluída dessa dinâmica mundial.

A abordagem do feminismo nas RI reconhece que as desigualdades de gênero são ignoradas nas teorias tradicionais e, sobretudo, assume que categorias como guerra,

decorrentes e necessárias. Eram os homens e continuam a ser, também notados por suas habilidades para prover a todos os atributos da segurança, inclusive, no limite, com o sacrifício da própria vida, quando imolam seus próprios corpos e vontades ao exercício da prática da violência contra inimigos no campo de batalha. A glória e o prestígio da guerra tem sido uma marca masculina. Somente quando se tornou mais evidente e abjeto, já no final do século XX, o número espantoso de mulheres vítimas da guerra, quer pelo seu impacto direto, quer pelas tragédias familiares nas quais restava às mulheres a junção dos fragmentos da mortandade, quer ainda quando milhares foram vítimas de estupros, é que o feminismo – enquanto uma perspectiva epistêmica – adentrou nas relações internacionais (MATHIAS, 2009, p. 206).

segurança/insegurança, conflitos são definidas segundo o masculino. A crítica feminista sobre o tema leva a significados alternativos de segurança, e diante disso, a proposta é que essas conceituações devem ser questionadas a partir de suas ontologias, epistemologias e metodologias.

Sjoberg (2010), por exemplo, em sua abordagem sobre o conceito de segurança nas Relações Internacionais, destaca a importância das experiências das mulheres na análise de segurança. Ao enquadrar a segurança como uma construção social, a feminista americana questiona as narrativas convencionais, que muitas vezes negligenciam as perspectivas femininas. Para a autora, a segurança não é apenas uma questão militar ou geopolítica, mas sim um campo complexo onde as relações de gênero desempenham um papel crucial.

Comparativamente, Carol Cohn e Cynthia Enloe também contribuem para essa abordagem crítica da segurança, mas com ênfases distintas. Cohn (2013), ao analisar a linguagem militar, desvenda como os termos técnicos podem mascarar e perpetuar desigualdades de gênero no campo da segurança. Enloe (1989), por sua vez, amplia o escopo ao examinar o papel das mulheres em contextos mais amplos, incluindo economias de guerra e relações internacionais.

Embora as três acadêmicas abordem a segurança sob a lente do gênero, cada uma oferece uma perspectiva única, ressaltando a importância de considerar as experiências das mulheres e as dinâmicas de poder subjacentes nos discursos e práticas de segurança internacionais.

Evidentemente, as teorias feministas têm uma grandeza plural, havendo entre elas muitos pontos de convergência e divergência sobre o tema. No entanto, o que elas têm em comum é o foco nas complexidades do gênero como uma construção social e relacional, ou seja, na perspectiva da abordagem feminista em RI é introduzida a lente de gênero para entender a complexidade das relações internacionais.

Importa destacar, entretanto, que essa lente não é produzida/reproduzida numa perspectiva reducionista enviesada pela análise dos direitos de mulheres, a abordagem feminista vai muito além. Ela tenta entender e explicar como as realidades sociais, ou melhor, como todos esses conceitos e análises como guerra, crime organizado, soberania, tornam-se realidades sociais das RI, e como essas realidades se tornam normas, instituições e fatos sociais. Em outros termos, como são construídos os fatos sociais, mas também como são realizadas essas construções, quais métodos são utilizados para essa abordagem.

Essa percepção é essencial para compreender a existência dos diferentes tipos de abordagens feministas, tais quais: feminismo liberal; feminismo *standpoint* (ponto de vista feminista); feminismo crítico; feminismo construtivista, feminismo pós-estruturalista; feminismo decolonial ou pós-colonial, etc.

A partir dessas considerações, ponderando algumas dessas teorias feministas, temos a liberal, por exemplo, que visa investigar as causas da subordinação feminina através da construção e teorização das RI. Em outras palavras, este feminismo focaliza a atenção pela primeira vez na disciplina sobre os papéis femininos subordinados e marginalizados dentro da política internacional. Nesses termos, especialmente o feminismo de matriz liberal, passou a lutar pelos direitos legais e políticos das mulheres, com ênfase na justiça e na igualdade de gênero, a lutar, por exemplo, pelo sufrágio universal feminino, enfatizando a injustiça inerente à negação do direito de voto às mulheres; “depois, passou a exigir igualdade de gênero no mercado de trabalho: direitos ao mesmo salário e a iguais oportunidades” (SILVA et al, 2009, p. 55). Por outro lado, ao focalizar nas demandas das mulheres de classe média e não na mudança do padrão hegemônico, a essa abordagem recaem críticas contundentes.

Já as teorias do *standpoint* questionam as abordagens e conceitos hegemônicos nas relações internacionais, nas estruturas e, em particular, nas perspectivas tradicionais do realismo e do neorealismo, ou seja, propõe uma visão revisionista. Judith Ann Tickner (1992) é um dos expoentes desse feminismo. Entre seus temas de trabalho, há uma particular revisão dos princípios realistas das RI desenvolvidos por formações orientadas e revisadas a partir do feminismo. Outras questões que o feminismo tende a trabalhar no *standpoint* estão relacionadas a questões de segurança e defesa, questões estas clássicas nas RI.

A principal crítica dirigida a essa abordagem se concentra no conceito universal de mulher que elas tendem a usar, ou seja, a mulher vista de forma unificada, tomando como referência a mulher branca, ocidental, de classe média, o que não é representativo da variedade de mulheres. Todavia, apesar das críticas, o feminismo *standpoint* consegue justamente apreender as estruturas do patriarcado que se apresentam nas Relações Internacionais.

Já o feminismo crítico, bem como no caso anterior, questiona as estruturas sociais, mas neste caso particular apresenta uma influência teórica marxista muito importante, centrando-se nas relações de dominação. Em seus estudos, ele enfatiza a análise da privatização da força de trabalho produtiva e reprodutiva das mulheres nas Relações Internacionais e foca nos ideais, práticas sociais, instituições e organizações internacionais e como elas constroem, reconstruem

e reproduzem as formas da relação patriarcal. Muitos dos temas de seus estudos estão relacionados com o local de trabalho e a economia.

O feminismo pós-estruturalista questiona o conceito de verdade, da unicidade do universal e da identidade, rejeitando as categorias de mulher, homem, sexo e gênero. Nesta abordagem, a linguagem diz respeito à perspectiva de gênero, sendo postulado aqui que assim se construíram as relações coloniais, sobretudo as das potências europeias, em termos de dominação, levando as mulheres a serem invisibilizadas, quando muito, colocadas em segundo plano.

Um de seus principais expoentes do feminismo pós-estruturalista é Charlotte Hooper. Sua principal crítica sobre o tema se concentra em questionar tudo aquilo que é hegemônico, ou seja, a imposição de uma forma de interpretar o mundo que exclui a outra época. Nesse sentido, a pensadora questiona uma forma única de interpretar e entender os fenômenos políticos internacionais.

Por conseguinte, o feminismo decolonial ou pós-colonial, evidencia a dificuldade de unificar definições como mulher, etnia, classe, religião, sexualidade. Nas palavras de Ballestrin (2021, p. 186), o imperativo de um tratamento interseccional entre gênero, classe, etnia e nacionalidade “foi assim uma contribuição fundamental do cruzamento das agendas pós-colonial e feminista para a análise dos diferentes e complexos níveis de subalternidade e subalternização nas e das sociedades pós-coloniais”. Alguns expoentes dessa corrente são Chandra Mohanty e Gayatri Spivak que se voltam para a análise de diferentes matrizes de opressão como patriarcado, colonialismo, racismo, alteridade e poder assimétrico nos seus estudos.

As teorias radicais postulam a inversão da hierarquia de gênero. Isso se justifica devido ao predomínio masculino ao longo de décadas nas RI, sendo que para estas pensadoras, é dado o momento de reverter essa hierarquia que historicamente tem sido baseada no patriarcado, e promover uma hierarquia baseada na construção feminina, no matriarcado. Elas então argumentam em favor das ‘formas femininas de conhecer’. “Enquanto o pensamento patriarcal é caracterizado por divisões e oposições, as formas femininas de conhecer têm procurado construir visão de mundo baseada em relações e conexões” (TICKNER, 2001, p. 14).

Sob a ótica do feminismo pós-moderno, cabe citar os efeitos opressores da dicotomia masculino/feminino, estabelecendo a existência de um problema de gênero que ‘filtra’ o conhecimento. Logo, não é só a invisibilidade das mulheres, mas o conhecimento é ‘filtrado’

para dar-lhe características masculinas. Em outras palavras, as contribuições das mulheres nos estudos internacionais são excluídas ou, no melhor dos casos, invisíveis.

Finalmente, é possível ponderar que as abordagens feministas nos estudos de RI permitem visibilizar, por um lado, as mulheres como atores⁴ no sistema internacional, por outro, é possível incorporar o estudo das RI na esfera privada, como espaço reprodutivo das relações na esfera internacional. Isso significa que as relações de subordinação que ocorrem na esfera doméstica também se replicam no espectro internacional.

Agenda Internacional: gênero vs poder

Ao examinar a agenda internacional, com foco na interseção entre gênero e poder, busca-se compreender como as estruturas de poder são moldadas e contribuem para processos de generificação. Assim, com a intenção de desvelar como essas estruturas operam e são moldadas pelas normas de gênero, cabe aqui contemplar a intricada interligação entre gênero e poder ao qual este problema enseja.

A análise da interseção entre gênero e poder na agenda internacional revela uma intricada teia de relações que moldam as dinâmicas globais. Nesse contexto, é crucial compreender como as estruturas de poder são influenciadas por concepções normativas de gênero e, ao mesmo tempo, contribuem para a (re)produção dessas normas.

A esfera internacional muitas vezes reflete e perpetua a dicotomia entre o masculino e o feminino, destacando a esfera pública como historicamente masculinizada, e a esfera privada associada a características femininas. Este entrelaçamento entre gênero e poder não só impacta a formulação de políticas e as tomadas de decisão em nível global, mas também afeta as experiências e os direitos de homens e mulheres em diversas partes do mundo.

Logo, ao explorar as dinâmicas de gênero na agenda internacional, torna-se evidente que as estruturas de poder não são apenas generificadas, mas também generificantes. Elas não apenas refletem as normas sociais preexistentes, mas também desempenham um papel ativo na (re)construção dessas normas. A análise crítica desse entrelaçamento exige uma reflexão profunda sobre como as relações de poder são consolidadas e mantidas no cenário internacional,

⁴ Salienta-se que é utilizado o conceito de ‘atores’ porque as atrizes costumam ter uma avaliação negativa que afeta, digamos, o entendimento mais profundo da participação das mulheres no sistema internacional.

considerando não apenas as manifestações visíveis, mas também as sutilezas das construções de gênero que permeiam as políticas e práticas globais (TICKNER, 1992).

Todavia, a compreensão das interações entre gênero e poder na agenda internacional não se limita apenas à esfera política, mas se estende para questões econômicas, sociais e culturais. A influência do gênero nas relações de poder se manifesta em várias dimensões, desde a representação desigual nos espaços de decisão até as disparidades econômicas e as formas de violência de gênero que persistem em muitas partes do mundo. A abordagem crítica dessas interações é fundamental para desafiar e transformar as estruturas que perpetuam desigualdades, promovendo uma agenda internacional mais inclusiva e equitativa.

Empoderar economicamente as mulheres pode ser apreendido como uma arma poderosa para promover autonomia sobre suas vidas, além de tornarem menos suscetíveis às discriminações e violências em suas diversas esferas, haja vista ser esta uma realidade compartilhada pelas mulheres ao redor do mundo. Entretanto, existem raízes históricas de como as relações de poder são construídas, impedindo a plena participação das mulheres na sociedade, isolando-as da lente de gênero.

Nas relações internacionais, como exposto, os homens refletem o poder econômico, o espaço público, portanto, tudo que estiver associado ao poder, independência e racionalidade. As mulheres, por sua vez, estão associadas, histórico-culturalmente, à esfera privada, doméstica, aos cuidados, à necessidade de proteção e, sobretudo, a tudo que é passional e irracional. Neste sentido, Ann Tickner, considera que:

Sugerindo que o pessoal é político, os estudos feministas chamaram a atenção para distinções entre o público e o privado na política doméstica: examinar as fronteiras artificiais das distinções na política doméstica pode lançar uma nova luz sobre as fronteiras internacionais, tais como aqueles entre a anarquia e ordem, que são tão fundamentais para o quadro conceitual do discurso realista (TICKNER, 1992, p. 9).

A despeito dessas diferenças, a noção de gênero como poder busca eliminar o tradicional caráter binário das teorias das RI, e entendê-lo para além de uma questão de relações hierárquicas, ontológicas e epistemológicas.

O conceito de poder em Pierre Bourdieu (1996), quando associado à divisão sexual do trabalho, oferece uma perspectiva robusta sobre essas dinâmicas sociais. Bourdieu argumenta que o poder não se limita a estruturas políticas formais, mas permeia todas as esferas da vida social, incluindo as relações de gênero. Na análise da divisão sexual do trabalho, Bourdieu

destaca como o poder se manifesta nas práticas cotidianas, nas normas culturais e nas estruturas institucionais que sustentam e reproduzem desigualdades de gênero. Nas palavras do autor,

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados... As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres,..., assinalando-lhes a postura correta do corpo, [...] enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais (BOURDIEU, 1996, p. 34).

Isso nos induz a considerar a ideia de *habitus*, trazida pelo autor, que a classifica como o conjunto internalizado de disposições adquiridas, o que também é crucial nesse contexto, uma vez que influencia a maneira como homens e mulheres são socializados para ocupar diferentes posições na estrutura social. Portanto, a abordagem bourdieusiana ao poder oferece uma lente crítica para entender como as relações de gênero são embutidas nas estruturas sociais, moldando e sendo moldadas por práticas cotidianas e sistemas de significado.

A partir dessa perspectiva, nos cabe também pensar a dicotomia entre segurança/insegurança, baseada na violência estrutural, a qual é central para esta análise, e tendem a ser pensadas como função estatal. A segurança não pode ser vista como um fenômeno único e normalmente determinado em função do gênero masculino, haja vista que quando falamos de insegurança, temos que aí incluir as ameaças que correspondem à violência doméstica, ao estupro, à pobreza no mundo, cuja face é feminina. Logo, é preciso entender que a segurança é um fenômeno multidimensional e multinível muito mais complexo e que opera em diversas áreas.

Nesse sentido, noções de segurança podem ser analisadas sob um forte viés paternalista. Conforme assinala Lima Júnior (2020), tais noções podem ser pensadas como algo construído de cima para baixo, fornecido pelos países do centro à periferia. O autor complementa que a ênfase da participação das mulheres nas forças armadas vem acompanhada do silêncio sobre as razões pelas quais são os homens os detentores do poder.

O aumento formal da participação – sem questionar a feição masculina das relações de poder – concorre para manter incólume a ideia de que são os homens, em última instância, os responsáveis pela proteção das mulheres (...). O estupro ou a mera ameaça transmite a mensagem de que as mulheres necessitam de proteção masculina e que a submissão é o preço a pagar por esta (LIMA JÚNIOR, 2020, p. 12).

A subordinação de gênero, a destruição ecológica, inclusive a guerra, são sempre atribuídas ao Estado, e em função dessa insegurança, quem mais sofre são as mulheres. Diante

desse cenário, é preciso trazer soluções para a problemática da pobreza, da contaminação, da proliferação nuclear porque toda esta análise é indissociável da não compreensão dos contributos e situações das mulheres.

É também preciso problematizar a crescente *feminização* da pobreza, bem como a situação das mulheres quando se tornam simplesmente reprodutoras biológicas, sociais e culturais de identidades. Este é um dos problemas centrais, por exemplo, no que diz respeito ao papel da mulher nas sociedades islâmicas, onde a mulher se limita a ser uma reprodutora biológica, social e cultural de identidades. A sociedade material patriarcal machista utiliza-se de traje como a burca no intuito de ‘apagar’ a mulher do plano social, político, cultural. Logo, esse é um dos desafios do feminismo pós-moderno na maioria das sociedades onde as mulheres não têm papel como cidadãs (BARKAY, 2016).

Convém assinalar aqui como a violência sexual é uma arma de guerra poderosa contra as mulheres (ENLOE, 1989). Exemplo ilustrativo é o fato de que somente em 2002 o Estatuto de Roma passou a qualificar o estupro como um crime de guerra. Esse cenário destaca mais um desafio para a agenda internacional, evidenciando a necessidade de promover efetiva participação das mulheres no cenário global, de modo a construir um sistema que seja menos opressivo e mais eficiente na garantia dos direitos humanos.

Considerações Finais

A partir das elucidações do presente artigo, evidenciou-se que nas Relações Internacionais, a categoria do interesse nacional estrutura-se no olhar naturalizado que interpreta o Estado, ou seja, o ator central por excelência, como representação dos homens que o compõem. Portanto, como o Estado é uma esfera pública, os homens é que serão principalmente incorporados, e são eles os considerados como norma do sistema, e os desígnios disso, é um estado masculinizado que replica o sistema patriarcal.

Outro elemento destacado nas reflexões propostas refere-se à identificação de situações de subordinação, discriminação e marginalização tanto de mulheres como de homens não patriarcais no sistema internacional. Não obstante, o peso oferecido pelas diversas correntes feministas à perspectiva da mulher como agente na política internacional e, principalmente, na economia global reforça a imperatividade de que as mulheres assumam plenamente o papel que lhes cabe na dinâmica das relações internacionais. Isso para além de objeto, haja vista existirem algumas políticas internacionais que têm esse olhar para a mulher.

Deste modo, considerando a existência de um número baixo de mulheres em RI, ou seja, mulheres com projeção internacional significativa, a ótica do ponto de vista do feminismo em RI pauta-se na necessidade de que homens, mulheres, Estados convivam, participem em um contexto de valores positivos, em construção, tornando as mulheres visíveis como sujeitos da política internacional e, sobretudo, da economia global.

Por fim, para que a mulher possa ocupar o lugar que lhe corresponde na dinâmica das Relações Internacionais, é necessário usar lentes de gênero que permitam repensar a política internacional, ou seja, entender a política internacional não a partir da perspectiva supostamente objetiva, que na realidade se baseia apenas no gênero masculino, mas entender que na política internacional o papel de homens e mulheres é igualmente relevante, e parte essencial da promoção do desenvolvimento da estabilidade política de uma nação.

Referências Bibliográficas

BALLESTRIN, L. Para uma Abordagem Feminista e Pós-Colonial das Relações Internacionais. In: TOLEDO, A. (Org.), **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: EDUFBA, pp. 179-204, 2021.

BARKAY, Rafaela. Nenhuma Mulher Será Livre até que Todas as Mulheres Sejam Livres: um olhar sobre o conflito israelense-palestino sob o prisma feminista. **Psicologia Política**. Vol. 16. nº 35. pp. 53-70. Jan.- Abr. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000100004. Acesso: 29 mai. 2023.

BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COHN, C. Women and Wars: Toward a Conceptual Framework. In: COHN, C. (Org.). **Women & Wars**. Cambridge: Polity Press, pp. 1-35, (2013).

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

CURADO, Jacy C.; VILELA, Ana María J. Estudos de Gênero na Psicologia (1980-2016): Aproximações e Distanciamentos. **Psicologia: Ciência e Profissão** 2021 v. 41, e219132, 1-16.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**. Berkeley, Los Angeles. London, University, 1989.

GRECCO, G. Feminismos y género en los Estudios Internacionales. **Relaciones Internacionales**, Vol. 44, pp. 127-145, 2020.

LENINE, E.; PEREIRA, M. Paridad de género en las organizaciones internacionales: discurso vs números. **Relaciones Internacionales**, 48: 101-121, 2021.

LIMA JÚNIOR, A. T. Guerra, paz e os corpos das mulheres: um olhar narrativo sobre a Conferência de Beijing. In: **Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo**. Repositório do Conhecimento do IPEA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10314>. Acesso: 28 mai. 2023.

MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). **Sob o signo da Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Tradução: Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Publicações Dom Quixote, 1969.

OAKLEY, Ann. **Sex, gender and society**. Nova York: Harper, 1972.

PATIL, V. From Patriarchy to Intersectionality: A Transnational Feminist Assessment of How Far We've Really Come. Signs: **Journal of Women in Culture and Society**, v. 38, n. 4, p. 847-867, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, André Luis da. et al. O gênero do público: críticas feministas ao liberalismo e seus desdobramentos. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 52-82, Jul/Dez. 2009. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Mediacionesrevistadecienciasocias/2009/vol14/no2/3.pdf>. Acesso: 29 mai. 2023.

SJOBERG, Laura. Women fighters and the 'beautiful soul' narrative. **Internacional Review of the Red Cross**, v. 92, n. 877, mar., 2010.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. New York: Columbia University Press, 2001.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives in Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992.